

Discurso do Presidente Sarney à nação, fixando seu próprio mandato em cinco anos

Em 19 de maio de 1987

Brasileiras e brasileiros, boa-noite. Estou aqui para um comunicado da maior importância para os rumos políticos do nosso país.

O Brasil me conhece. Sabe que não sou de decisões precipitadas. Por formação e experiência, eu medito, pondero, analiso, ouço e sou prudente antes de decidir.

Essas palavras, eu as pronunciei em 22 de julho de 1986. Quem esperava um presidente autoritário, soube, logo de início, que esse presidente não era eu.

Afirmo também: 'Acerto e posso cometer equívocos. Sensibilizado do erro, eu nele não permaneço'.

Nesta noite, eu quero acrescentar: quando me convenço de que quando estou no caminho certo, eu dele não me afasto, quaisquer que sejam as dificuldades, consequências ou luta.

A responsabilidade que o destino me colocou à frente é minha e dela não vou fugir.

Sem abdicar da autoridade de chefe da Nação, exerço um governo democrático e aberto. Não me tem faltado para isso espírito de tolerância, considerado muitas vezes até excessivo por muitas pessoas. Assim também como não me tem faltado a necessária e a justa paciência que devem ter os homens de Estado.

Sou um homem que sempre viveu a vida partidária, por isso entreguei aos partidos a coordenação política do governo, através da Aliança Democrática, porque eu sei que sem partidos não existe democracia. Com ela, tenho governado em estreita comunhão.

Com a franqueza com que sempre me dirigi às brasileiras e aos brasileiros, devo admitir que nós vivemos uma fase de múltiplas acentuadas e grandes dificuldades. Queríamos e lutamos por um governo de mudanças. E o Brasil mudou. Acontece que mudança e crise se confundem nos momentos históricos de transição, como o momento que nós vivemos.

Para resolver os problemas que nos envolvem, devemos ter solução adequada ao primeiro deles, que é um problema de natureza política e que está na raiz de todos os outros problemas: a duração do mandato presidencial.

Convoquei os partidos para, conjuntamente, examinarmos o assunto, fora dos interesses pessoais de candidaturas, de grupos, de facções e de ambições, vendo o problema unicamente em função do interesse nacional. Há cinco meses espero uma definição.

Compreendo as dificuldades dos nossos líderes.

Contudo, cheguei à conclusão de que a nação não pode ficar imobilizada na perplexidade desse debate. Porque, acima da Aliança Democrática, acima dos partidos, está o interesse do Brasil, que eu jurei defender. E da lei todos os detentores de mandato – senadores, deputados, governadores, prefeitos, vereadores – o são por tempo determinado, fixado antes de sua eleição.

Tancredo Neves e eu, ao sermos eleitos, nós não fugimos à regra. Nós fomos eleitos para um mandato de seis anos. Portanto, o meu mandato é de seis anos.

A indefinição que se procurou criar e que vem se arrastando não deve e não pode perdurar, sob pena de graves prejuízos para o País. Ela solapa a hierarquia e o serviço público, dificultando a formulação da política interna e a defesa dos interesses externos do Brasil.

Brasileiras e brasileiros, venho falar claramente sobre este assunto. Desejo comunicar a todos, a todas as brasileiras e brasileiros, que eu abri mão de um ano do meu mandato e o exercerei pelo prazo de cinco anos. O meu gesto é motivado pelo desejo de amplo entendimento, para conciliar, para possibilitar decisões que possam assegurar que o Brasil saia da crise, dando, eu próprio, um exemplo de desambição.

Deixarei, portanto, o governo em 1990. Até lá, no entanto, exercerei plenamente o mandato que me foi confiado, que jurei defender na forma da Constituição e que consta de um diploma expedido pelo Congresso Nacional.

Com a autoridade e a isenção de quem abdicará de um ano do seu mandato, defendo junto aos constituintes a fixação de um idêntico mandato de cinco anos para os próximos presidentes, conforme previa a Constituição de 1946.

O mandato de quatro anos, considero que não convém à consolidação do processo democrático, e, se o adotássemos, estaria aberta agora a campanha presidencial, com prejuízo para o País, para a transição democrática, para os trabalhadores da própria Assembleia Nacional Constituinte.

Acresce ainda que 1988 será o ano de adaptações das Constituições estaduais, de elaboração das leis eleitorais, das leis partidárias, das leis complementares e da revisão de toda a legislação ordinária determinada pela nova Constituição, além das eleições municipais que teremos de realizar.

No ano seguinte, em 1989, comemoraremos o centenário de fundação da República, e comemoraremos esse centenário com a eleição que eu presidirei, do meu sucessor.

Aproveito, neste instante, para determinar aos auxiliares de meu governo, como delegados de minha confiança, que considerem encerrada essa discussão.

Dos partidos políticos, eu espero solidariedade. Aos governadores dos Estados, aos deputados e senadores constituintes, peço apoio e compreensão.

Para que o processo democrático possa se consolidar, é essencial demonstrar que o poder civil tem condições de governar. A governabilidade do poder civil depende, porém, de uma inalterável definição do prazo que estabeleço à periodicidade do mandato.

Do contrário, o governo não terá horizontes para seus programas, nem para tomar decisões de maior profundidade. A indefinição paralisa, as crises se ampliam e fica a impressão geral na sociedade imobilizada. A explosão descontrolada dos preços, que angustia nossa população, é, no fundo, fruto dessa indefinição política. Não tenham dúvida de que, antes de serem um problema econômico, a inflação e a recessão são problemas políticos. Sem a recomposição do poder político, não há possibilidade de evitar o agravamento da inflação e, mais cedo ou mais tarde, o retorno indesejado da recessão.

Se nós não formos capazes de chegar a um acordo sobre as bases mínimas para um entendimento político, nós não teremos a menor possibilidade de conduzir um esforço efetivo para deter a carestia e retomar o desenvolvimento econômico. Contra a inflação, é necessária a união de todos. É necessária a união firme de todos nós.

Como está, a inflação não apenas reduzirá cada vez mais o poder de compra, mas poderá – com que tristeza eu não tenho de dizer —, poderá até mesmo provocar a recessão.

Não estamos sob nenhuma ameaça ao processo democrático. Mas devemos nos antecipar a qualquer deterioração da situação nacional.

Eu renovo, mais uma vez na peregrinação constante em torno dessa ideia, a necessidade de entendimentos de preços e salários entre os empresários e trabalhadores – agentes inseparáveis no processo de produção –, com a participação e coordenação do governo, que deverá fazer a sua parte, para que a corrida inflacionária possa ser completamente detida.

Todos os partidos no Congresso Nacional devem desempenhar uma importante tarefa e prestar um grande trabalho ao País, mobilizando-se para esta causa. O que

proponho, assim, não é um pacto político de apoio ao governo. Eu proponho uma agenda ampla, social e política, da transição democrática, uma corresponsabilidade com o Executivo, para a superação dos problemas de consolidação do nosso processo democrático.

Sei, com grande pesar, que o povo está passando por sérias e grandes dificuldades. Os Estados encontram-se em situação difícil. Os governadores lutam contra uma situação financeira de anarquia. Eles precisam de tempo, eles precisam de tempo para trabalhar. As greves neste instante prejudicam os interesses dos próprios trabalhadores e dos funcionários públicos.

Brasileiras e brasileiros. Eu, antes de terminar, quero transmitir a todos também a minha opinião de cidadão a respeito do regime de governo debatido na Constituinte.

Sou favorável a um sistema presidencialista que incorpore uma participação forte do Congresso nas tarefas de governo. Depois de ter optado pelas eleições diretas – incluídas hoje na Constituição por mensagem de minha iniciativa —, o povo brasileiro dificilmente aceitaria que lhe retirassem o poder de constituir o seu governo.

Por outro lado, nós ainda não temos as instituições políticas que alicerçam o sistema parlamentar, que são partidos políticos consolidados e administração selecionada pelo mérito organizada em carreiras estáveis, capazes de assegurar a continuidade da ação democrática mesmo sem abordar os problemas de extenso desse regime aos Estados, aos municípios, num país com nossas diversidades e também com grande território.

Nós estamos num momento de construção. O mundo atual, não apenas o do futuro, mas já o do presente, é o mundo de interdependência, onde, cada vez mais, a ciência e a tecnologia abrem horizontes para todos os povos.

Brasileiras e brasileiros. Não seremos uma autarquia num mundo desejoso da participação do Brasil, como uma das grandes potências econômicas do Ocidente. É para este mundo, para a infância e juventude brasileiras, para os homens do futuro, que está sendo elaborada a nossa nova Constituição.

Há coisas que não pertencem a uma geração, mas a todas as gerações, a todos os tempos: uma Constituição moderna, defensora dos direitos sociais, dos interesses do Brasil, dos direitos humanos, uma Constituição para servir uma sociedade pluralista, aberta e mais justa.

O que chama de crise, hoje, em nosso país, se procurarmos aprofundar a nossa análise, é na verdade mudança. Mudança a que muitos resistem.

O Presidente não é autor das dificuldades: ao contrário, ele está obstinadamente empenhado em superá-las. E tenho certeza de que juntos nós venceremos todas as dificuldades.

Este é o primeiro passo.

Temos de resolver, urgentemente, os problemas da dívida externa e da economia interna.

É impossível conviver com estas taxas de inflação, de juros e com a carestia.

Hoje é o começo.

Outros passos virão.

A mensagem é uma só: a hora é de fé e resistência ao pessimismo.

Que Deus proteja o Brasil. Muito obrigado. Boa-noite.